



ESCOLA E EDUCAÇÃO: PROPULSORAS DO DESENVOLVIMENTO CRÍTICO

Daiana Simone Alves ¹
Camila Fleck dos Santos ²

Resumo: Este artigo tem como objetivo entender quais são as principais funções sociais da escola e da educação, como elas se transformaram com o passar do tempo e de que modo influenciam um ensino crítico e democrático, buscando soluções para problemas cotidianos que ocorrem no ambiente escolar. Através de uma pesquisa bibliográfica desenvolve-se um estudo acerca do tema, baseado em autores como Freire, Libâneo, Cury, Brandão, entre outros importantes pesquisadores do assunto. Nele realiza-se um breve apanhado histórico das funções da escola e da educação, mostrando como elas se modificaram através do tempo, compreendendo o papel do professor, da gestão, das relações, organizações, tempos e espaços escolares. Entendendo que a escola é um ambiente que comporta a diversidade cultural, de gênero, social e econômica. Nela se trabalha a humanidade, as diferenças, a diversidade e a igualdade de oportunidades.

Palavras-chave: Escola, educação, desenvolvimento crítico.

1 INTRODUÇÃO

O espaço escolar abrange uma infinidade de manifestações culturais, sociais, econômicas, religiosas. Ele é composto por diversos sujeitos que atuam de diferentes maneiras, com determinadas funções e objetivos. Dentre eles estão os alunos, os professores, diretores, coordenadores, funcionários, pais e comunidade em que a escola se insere. Além disso, cada qual tem suas especificidades físicas, culturais, sociais, econômicas e religiosas, demonstrando uma grande diversidade. De acordo com Libâneo (2001) o acesso à educação e à escola é um determinante da inclusão ou exclusão social.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo conhecer as funções sociais da escola e da educação, partindo de um breve apanhado histórico dessas funções e entendendo como elas foram transformando-se com o passar do tempo.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia UAB/UFSM – Polo de Três Passos.

² Orientadora. Mestre em Educação/UFSM, Professora do Curso de Pedagogia EAD da UFSM. E-mail: camila.fleck@gmail.com

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia escolhida para a realização deste artigo. De acordo com Fachim (2010) a pesquisa bibliográfica é a metodologia mais importante no percurso da pesquisa, pois através dela se lê, seleciona, organiza e compreende o conteúdo abordado.

Um dos principais desafios da escola é democratizar a educação, trazendo igualdade de oportunidades para todos os sujeitos que ali estão. As relações sociais que ocorrem neste espaço são determinantes deste desafio. É essencial estudar essas relações e compreender a crise que as cercam.

Para finalizar, compreender como o desenvolvimento humano está intimamente ligado à educação, explicando como pode ser uma ferramenta de formação de sujeitos críticos, alicerçada em pilares que promovam diálogo, criticidade e avaliação qualitativa. Dissertamos sobre a necessidade do rompimento com as bases tradicionais que reproduzem sujeitos alienados, emoldurados em padrões pré-estabelecidos. Essa educação não começa nem termina na escola, ela ocorre em todos os lugares e de diversos modos, mas a escola tem grande importância no processo educacional.

2 AS FUNÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO

Brandão (1981) explica que não existe uma única forma ou modelo de educação, que ela não ocorre exclusivamente na escola, e, talvez este nem seja o melhor local para sua prática. Infere que o professor profissional não é o único praticante da educação e que em contextos diversos ela existe diferente:

Em mundos diversos a educação existe diferente: em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades; em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados; em mundos sociais sem classes, de classes, com este ou aquele tipo de conflito entre as suas classes; em tipos de sociedades e culturas sem Estado, com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas. (BRANDÃO,1981, p.9)

Para BRANDÃO (1981, p. 10) “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam”. Diz ainda, que em todos os lugares existem redes em que o conhecimento é repassado de pai para filho, de geração para geração. Ele cita o exemplo de uma aldeia, onde os mais velhos transferem seus

conhecimentos e sua sabedoria para os mais jovens, e desse modo as crianças são educadas conforme a cultura da aldeia, caracterizando uma educação informal. Segundo ele também existe a educação formal, a qual se guia pela pedagogia, sendo que existem regras, tempo pré-determinado e pessoas especializadas para sua execução.

A escola como a conhecemos hoje, em um prédio, com turmas seriadas e direção, é uma invenção recente. De acordo com Brandão (1981) a escola originou-se na Grécia e acabou estendendo-se para os romanos. Quando ela começou, somente os filhos de nobres guerreiros e da elite tinham acesso. Só depois que a cultura e a participação na vida pública foram democratizadas, que surgiu a necessidade de democratizar também o saber.

Brandão (1981) faz uma retomada histórica da educação, e cita que Grécia e Roma nos deixaram um princípio que pode ser aproveitado até hoje: a educação ocorre em todos os lugares, indo muito além da escola. Ela é um espaço, um momento de aprendizado. Libâneo (1994) explica que na escola se criam, desenvolvem e transformam as condições necessárias para assimilação de conhecimentos e desenvolvimento das capacidades cognitivas. Brandão (1981) entende que o que educa mesmo é o ato de viver e conviver. Ele afirma que designações como educação, escola e ensino fazem parte de uma discussão histórica que costuma ser variável. Alguns filósofos e educadores acreditam que a educação existe para que o ser humano desenvolva habilidades e conhecimentos que não nasceram com ele, e que essas habilidades precisam da coletividade e de fatores externos para se ampliem.

Brandão (1981) alega que durante séculos, a educação foi pensada e repensada por muitas civilizações em vários períodos da história, citando como exemplo Emile Durkheim, sociólogo do século passado, que trouxe a ideia de que a educação é uma prática social voltada à sociedade e à cultura, e que ela deve partir da vida real, do concreto, do cotidiano e vivências das pessoas, e não de um universo criado por filósofos e educadores, que não fazem parte do contexto social em que os sujeitos da educação estão inseridos. Assim sendo, ela não é uma fórmula pronta e homogênea, aplicável a qualquer ser do universo, mas uma prática individual, que varia de acordo com a cultura, tempo e espaço. Brandão (1981) afirma que a educação tem dois papéis principais: desenvolver as forças produtivas e desenvolver os valores culturais de uma sociedade.

Ainda falando em educação como prática social, o autor considera que a educação precisa estar pronta para atender um mundo em constante mudança. Como ele próprio define: “um mundo que, afinal, ainda é sempre o mesmo e já é sempre um outro” (BRANDÃO, 1981, p. 80).

Brandão (1981) alega que é comum que existir a associação entre educação e mudança. Segundo ele, com o passar do tempo, as mudanças passaram a ser chamadas por políticos e cientistas, de desenvolvimento (social, econômico, político, etc.), só mais tarde a educação foi incorporada a esse desenvolvimento. Antes disso, a educação era vista como uma maneira de manter, de guardar as tradições e valores de um povo. Percebiam-na como uma exigência ou um direito do sujeito, mas não como um investimento. Ela passa a ser compreendida de maneira diferente, não apenas como uma forma de adaptação às mudanças, mas como um meio de intervir na realidade, de ser agente de modificações, dirigindo-as no sentido que se deseja.

Brandão (1981) conta um pouco da história da educação brasileira, e ressalta que ela era um bem de consumo para algumas famílias ricas, que aprendiam em escolas particulares, religiosas e excludentes. Os “filhos da pobreza”, como intitula o autor, dificilmente tinham a oportunidade de estudar em tais escolas. Eles aprendiam através do trabalho e pelo senso comum.

Apenas no início do século XX que se iniciou uma educação menos excludente, com a criação de escolas públicas no Brasil. Tal criação tinha por de trás, a intenção de controlar a cidadania e formar mão-de-obra qualificada para o árduo trabalho nas fábricas. Porém, as escolas públicas não preparavam nem para a vida nem para o trabalho, e dentro das paredes dessas escolas a desigualdade continuava sendo perpetuada, uma vez que os pobres estudavam para trabalhos subalternos, enquanto que os ricos, para os trabalhos dominantes. Ilusoriamente acreditava-se que havia uma democracia devido ao acesso de “todos” ao “saber”.

Esse acesso de “todos ao saber” foi assegurado pela Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei 8069 / 1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB): Lei 4024 / 1961; Lei 5692 / 1971; Lei 9394 / 1996.

2.1 A Escola e a Educação nos dias de hoje

Atualmente a escola e a educação são marcadas pela mudança. De acordo com Macedo (2005) a esfera social, econômica, política e cultural tem sofrido importantes transformações devido às inovações tecnológicas. A escola precisa acompanhar esse desenvolvimento para compreender a atualidade e suas características.

De acordo com Carvalho (2013), é neste mundo globalizado que nasce a ideia de sociedade em rede, que é um instrumento da economia capitalista baseada na inovação, na desconstrução e reconstrução contínuas, de novos valores e visões políticas. A sociedade passou a ter novas relações sociais e materiais e de acordo com Debord (2000, apud CARVALHO, 2000) nessas novas relações a base da transformação é o capital, que passou de cunho econômico para um cunho mais amplo, de fácil dissimulação, baseado e mediado por imagens. Esta transformação é designada como Sociedade do Espetáculo. “[...] o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” DEBORD, 2000, p. 14), dessa maneira tudo o que se vivia diretamente acabou se transformando em representação. Carvalho (2013) cita o exemplo da compra de uma mercadoria, que na sociedade do espetáculo não ocorre somente pela imagem, mas também pelo o que esta imagem representa. A compra não ocorre somente pela utilidade do produto, mas sim pelo “sonho”, pela “ilusão” de necessidade e satisfação contidas nele. Assim, muito mais do que “ter”, o importante é “parecer”.

Essa nova sociedade baseada na imagem e no espetáculo afetou diretamente a educação, uma vez que os sujeitos envolvidos neste processo estão absolutamente envolvidos por esse meio tecnológico e de constantes transformações. Os sujeitos do processo de ensino-aprendizagem são diariamente atingidos por uma explosão de informações. É impossível pensar em educação, sem considerar o meio em que esta ocorre e que afeta diretamente seus participantes.

Neste contexto, a educação nos convoca a agir sobre a sociedade em que vivemos. A sociedade espetacular nos insere em um mundo de imagens, que se tornam a realidade e o contexto em que o sujeito vive. Ele fica propenso a não enxergar pelos seus próprios olhos, de maneira isenta e crítica, o que elas representam. O desafio da Educação é tratar de maneira crítica toda essa tormenta de informações para que não se reproduzam seres acríticos sobre o meio em que se inserem e sobre a sociedade contemporânea.

“A pedagogia torna-se, neste caso, o terreno através do qual os/as estudantes discutem e questionam, de forma crítica, os diversos discursos e práticas cultu-

rais”. (GIROUX, 1995, p. 88). Nesse sentido, Macedo (2005 apud ALCÂNTARA, 2015) explica que o professor tem um papel muito importante na seguridade à aprendizagem que considere a diversidade e singularidade dos alunos, saindo de um ensino tradicional para outro ancorado em projetos de pesquisas, resoluções de situações –problema, relacionados ao contexto educativo. Portanto, a pedagogia cultural desafia os sujeitos a tomarem consciência dos valores envolvidos no aparato cultural, das imagens e informações que o cercam, de valores, percepções e juízos atrelados à sociedade do espetáculo e finalmente fazê-lo entender que ele faz parte dessa sociedade e que pode ser um sujeito participante, ativo, que interfere no meio em que vive.

3 A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR ENQUANTO INSTITUIÇÃO E O PAPEL DO PROFESSOR NESTE ESPAÇO

É importante entender quais são as funções da escola e do professor no processo de ensino-aprendizagem, bem como, compreender a influência da organização do espaço escolar e de que modo as intenções do educador determinarão que tipo de educação acontecerá neste lugar.

Saviani (2012) afirma que a educação é um ato político e embasa-se na ideia de que a sociedade capitalista se divide em duas classes básicas: a dominante e os trabalhadores. Por isso, o professor terá que se posicionar a favor de uma ou outra, não existindo meio termo, e o papel que ele desempenhará dependerá da posição escolhida. Ele pode contribuir para que se perpetue a dominação sobre os dominados, ou pode atuar na transformação da sociedade, tornando-a livre e crítica. Para que possa se tornar um educador que busque a transformação, é preciso que este entenda o conceito de educação, as funções que ela exerce e seu vínculo com a escola.

Saviani (2012) afirma que a educação tem a função técnica e política, e uma não se separa da outra. Ainda que se cumpra apenas a função técnica, ela incluirá a política, pois ao limitar à função técnica, essa estará a favor dos dominantes, e consequentemente exercendo seu papel político. Por isso, é errado pensar que a educação é apolítica. Mesmo que ela não trabalhe em favor da transformação, e da for-

mação de pessoas críticas, ela estará exercendo uma função política, que no caso é a da opressão social.

A educação está intimamente ligada à escola, e esta pode ser comparada ao capital, isto é, se “‘(...) o capital é a força econômica da sociedade burguesa que tudo domina’, podemos dizer que a escola, na sociedade atual, é a força pedagógica que tudo domina.” (MARX, 1973 apud SAVIANI, 2012, p.9). Assim sendo, para o educador entender a educação, precisa primeiramente entender a escola. Então, o professor esmiuçando a anatomia escolar, estará apto a entender as diversas formas de educação e qualificado para agir nela de forma que articule o trabalho pedagógico em torno dos anseios dos dominados, capacitando-os a lutarem pela transformação. Além do professor compreender seu papel na educação, quem administra este espaço também necessita entender que sua gestão poderá contribuir para uma educação democrática ou excludente.

De acordo com Brasil (2006) a escola tem um papel social e deve ser administrada de uma maneira diferente do que se administra uma empresa. Ela não oferece apenas números, dados precisos e científicos, nela se trabalha a humanidade, as diferenças, a parcialidade. Não podemos apenas medir quantidades, objetivos e metas, precisamos saber entender todo o processo pelo qual a escola e seus atores estão envolvidos.

A escola é um espaço de formação, responsável pelo desenvolvimento do indivíduo, tanto no caráter pedagógico, quanto social e político. Daí a importância de uma gestão diferenciada. É preciso lembrar que a escola não é uma empresa e sim um espaço de construção de sonhos, de vidas, de futuros. Ela não deve ser uma mera reprodutora de mão-de-obra, mas sim, uma alavanca na formação de seres críticos e ativos, deixando de lado o individualismo e buscando formas coletivas de lutar pelos seus direitos e uma vida melhor para todos.

A organização escolar vem sendo pesquisada desde os anos 30 e desde então muitas mudanças ocorreram nas formas de pensar e de agir em relação à organização e gestão escolar. De acordo com Libâneo (2001) existem dois enfoques sobre a organização: científico-racional e o enfoque crítico. O autor destaca que é preciso distinguir o enfoque científico-racional do enfoque crítico o qual possui um aspecto sócio-político.

No enfoque científico-racional a organização escolar ocorre de maneira objetiva, pautada na eficiência e eficácia tanto da escola, quanto dos métodos utilizados

em sua organização e administração. Neste enfoque a organização pode ser planejada, organizada e controlada. Existe uma hierarquia de funções, normas e regulamentos, onde as decisões são centralizadas e as pessoas que trabalham na organização não participam do processo de planejamento. As relações são marcadas por uma via vertical, onde as ordens e decisões ocorrem de cima para baixo. Este ainda é o modelo mais comum de funcionamento da organização escolar (LIBÂNEO, 2001).

O enfoque crítico não gira em torno do racional, ao contrário, suas ações estão ligadas ao contexto social, em que são levadas em conta as pessoas e suas relações com o contexto sócio-político. Neste enfoque, a organização não é totalmente objetiva e funcional, “[...], mas uma construção social levada a efeito pelos professores, alunos, pais e integrantes da comunidade próxima” (LIBÂNEO, 2001, p.1).

Dessa forma, as escolas necessitam de uma organização que vá além das técnicas de administração que garantam apenas a eficiência racional. Elas precisam de uma construção teórica própria, que compreenda seus problemas e especificidades. Por isso, a importância de uma gestão que não priorize números e uma avaliação superficial. Para responder a essa necessidade existe a gestão democrática que tem um papel mais humanizado, preocupando-se em torna-la mais cooperativa e coletiva, buscando englobar o contexto em que a escola se insere, bem como a construção coletiva do projeto político pedagógico e a participação da comunidade nas decisões que envolvem sua organização (MAIA, 2008).

De acordo com a Lei nº 9394/96 que dispõem sobre as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a gestão escolar assegura maior autonomia às escolas, que podem prever formas de organização que permitam atender às peculiaridades regionais e locais, bem como às diferentes clientela e necessidades do processo de aprendizagem.

4 A EDUCAÇÃO E A DIVERSIDADE

De acordo com Brandão (1981) a educação é definida como um bem de todos, porém, nem quem é o produto dessa educação tem alguma forma de participação na definição de como ela deveria ser. E esse veto à participação não é “privilegio” somente dos filhos de pobres. Nem mesmo os ricos têm direito a participarem da elaboração dos métodos educacionais. Professores, diretores, coordenadores

também ficam de fora desse processo. O poder de decisão fica nas mãos de poucos intelectuais, que se constituem como representantes pedagógicos. O autor pergunta por que devemos acreditar em uma educação excludente e elitista. Sua resposta é simples: porque a educação é inevitável. Também afirma que existem outras respostas que podem ser dadas a essa pergunta, como: porque se em alguns sistemas ela dissemina a desigualdade, em outros, ela pode ser a força motriz para a criação de igualdade e liberdade, construindo talvez um mundo melhor.

Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. (LOURO, 1997, p. 57)

De acordo com Cury (2002) é impossível negar que existe uma dificuldade diante da desigualdade social, em instaurar um regime em que a igualdade política aconteça no sentido de diminuir as discriminações. Cury (2002) determina que as discriminações de origem, raça, sexo, religião, cor e crença devem ser sempre proibidas. Esclarece que é absurdo pensar em uma igualdade absoluta e impor uma uniformidade em todas as situações, no entanto, ele alega que todo o avanço escolar está relacionado às lutas regidas por uma concepção democrática da sociedade, postuladas pela igualdade de oportunidades e de condições sociais. Para gerar essa igualdade de oportunidades é preciso conhecer as fragilidades que ocorrem no processo e no ambiente educacional e propor soluções para as situações-problema nelas encontrados.

De acordo com Louro (1997) a escola tem sido um espaço de fabricação de sujeitos, que ocorre de maneira contínua e muito sutil, segundo ela, quase imperceptível. Ela atenta para as práticas cotidianas, que devem estar na mira da atenção e dos questionamentos e principalmente serem observados com certa desconfiança. Desconfiando do que parece natural.

Afinal, é "natural" que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que "naturalmente" a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se "misturem" para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão "características" de cada gênero? (LOURO, 1997, p. 63)

Louro (1997) explica que as aulas de Educação Física muitas vezes privilegiam as manifestações de preocupação com relação à sexualidade das crianças. A autora enfatiza que muitos pesquisadores sobre gênero, principalmente aqueles que empenham seus estudos nas masculinidades, destacam a importância dos esportes e da ginástica na formação dos sujeitos. Muitas pesquisas afirmam que para vários homens praticar esportes durante a vida escolar é considerado algo natural e instintivo. Já o oposto, o “não praticar” é visto como um indicador de que há alguma coisa errada, uma vez que o esporte faz “parte da existência” masculina.

As meninas por sua vez, não devem realizar as mesmas atividades que os meninos, pois são consideradas frágeis, e certas atividades não condizem com sua feminilidade. Evitam jogos que sejam “agressivos” em que possam ocorrer acidentes como, por exemplo, machucar os seios ou o sistema reprodutor. O contato físico também é evitado, e ocorre certo pudor em relação a jogos que possam ocorrer contato físico e trazer questões sobre a sexualidade dos indivíduos. Muitas vezes, as meninas sofrem preconceitos ao realizarem atividades consideradas somente de meninos e chegam a ter sua feminilidade questionada devido a isso.

“A forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.” (LOURO, 1997, p.21). Dessa forma, podemos compreender que enquanto as diferenças de gênero estiverem presentes no cotidiano escolar, elas serão maximizadas e mais expostas às discriminações. É necessário reforçar um olhar diferenciado, transpor barreiras e construir um novo conhecimento, o qual somente será efetivo se as políticas públicas e as práticas cotidianas colaborarem neste processo.

Além da questão de gênero é possível perceber que a escola reproduz outras formas de exclusão, como a segregação racial. Lima (2008) afirma que cada vez mais o país é miscigenado e composto por uma população expressivamente negra. Porém, não há democracia social nem racial. Isso ocorre porque a mestiçagem não produziu igualdade de oportunidades entre as etnias que constituem o povo brasileiro, ao contrário, a população negra é a mais atingida pela desigualdade. Assim sendo, é preciso dialogar sobre a necessidade de se tornar o ambiente escolar justo e democrático, pois é nele que se formam os cidadãos que poderão mudar essa questão na sociedade em vivem.

Os estudos culturais “caracterizam-se por sua dimensão multidisciplinar, a quebra das fronteiras tradicionalmente estabelecidas nos departamentos e nas universidades”. (ORTIZ, 2004, p. 121). Por isso, a importância de um estudo que não seja fragmentado, mas que tenha uma visão global dos fenômenos sociais, incubando em um só processo a educação e a cultura. Portanto, a educação, a cultura e os estudos culturais são elementos que se ligam e se complementam entre si. A educação é responsabilizada pela apreensão e codificação de elementos da vida, de teorias, conceitos, etc. a partir dela se aprende os valores necessários para uma vida em sociedade. Ela sempre foi conhecida por estabelecer “o que”, “quando” e “como” aprender. Já a cultura é denominada pelos costumes, características, especificidades de um povo, região, lugar. Esta é condicionada ao meio em que ocorre, aos sujeitos e suas interações sociais, religiosas, econômicas e políticas.

O currículo é outro fator importante na luta contra as discriminações. De acordo com Santos (2009) ele possui duas dimensões, sendo a primeira formal, que se define pelo registro e documentação das ações a serem adotadas, tais como o Projeto Político Pedagógico, matriz curricular, Diários de Classe, Planejamentos, provas, entre outros. A segunda dimensão é informal apreciada pelas relações interpessoais, referentes ao cotidiano escolar. Nesta esfera ocorrem os preconceitos e discriminações raciais.

É importante tentar, com a ajuda de estudiosos da questão, estabelecer a diferença de tratamento em relação a brancos e negros na sociedade e no cotidiano escolar, de modo a relevar a dimensão oculta do currículo e esclarecer que não se está aqui enfocando o negro em condição de paridade com o branco. (SANTOS, 2009, p. 10)

A autora mostra que não é possível tornar dois segmentos raciais iguais quando existe uma predominância racista. É necessário que se desmascare o mito de uma harmonia racial no Brasil, fazendo cair por terra a ideia de que não existem conflitos raciais. Segundo ela, não existe uma formação neutra nas escolas, ao contrário, transmite-se a cultura dominante em determinado local, reconhecida como legítima pela sociedade. O racismo no Brasil, segundo Santos (2009) é difuso e não declarado, usando disfarces ao se manifestar. Ele ocorre por parte não só dos alunos, mas também dos professores. Negros e Índios são os que mais sofrem esse racismo difuso e mascarado. A autora explica que quanto mais escura é a cor da pele, pior é racismo enfrentado. Além disso, alunos negros de classes mais baixas,

tendem a sofrer preconceito dobrado. Acabam por evadidos e excluídos da escola. Este preconceito revelado na escola alcança a vida adulta e é carregado também na hora de procurar emprego.

Professores e educadores tem um papel importantíssimo na mudança desse cenário. Primeiramente é preciso trazer à luz do conhecimento a existência desse racismo difuso, para posteriormente se tomar as atitudes e práticas cabíveis para mudar a situação. Não é possível que em pleno século XXI a cor da pele seja um atributo de valorização ou desmerecimento de qualquer ser humano. De acordo com REIS (1993, p. 189) “Enquanto o negro brasileiro não tiver acesso ao conhecimento da história de si próprio, a escravidão cultural se manterá no País.”.

A escola tem o desafio de tornar-se um ambiente que acolha todas as diferenças e busque a participação e progresso de todos, a partir de novas práticas pedagógicas. Esse desafio requer a participação de professores, coordenadores, pais e alunos, em busca de uma mudança, que exige que cada escola trabalhe para encontrar soluções próprias para os seus problemas. Isso se dá de forma democrática, através do coletivo da escola, explicitada no seu Projeto Político Pedagógico (PPP). (ROPOLI, et al., 2010).

Quando se pensa em diversidade não há como excluir as pessoas com deficiência deste cenário. Nesta linha de pensamento é crucial refletir sobre a inclusão no espaço escolar. Ropoli et. al. (2010) explicam que a inclusão é uma forma de rompimento e contestação de paradigmas que amparam o conservadorismo. Este conservadorismo é quem define como normais ou especiais tanto os alunos, como as escolas. As escolas comuns têm alunos normais e valorados positivamente, ao passo que as escolas especiais se constituem por alunos diferenciados e vistos de forma negativa.

De acordo com Ropoli et. al (2010) os sistemas educacionais que se constituem pelas duas características- alunos normais e alunos especiais- não têm se mostrado preparados para a inclusão, uma vez que se organizam de maneira a manter uma separação, tanto de espaços físicos, como também pedagógicos. Para Ropoli et.al. (2010) os ambientes escolares inclusivos fundamentam-se em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações não ocorrem em torno de posições como normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico. Não há uma identidade privilegiada.

Ainda sobre a inclusão e seus fundamentos, é possível abranger a Educação de Jovens e Adultos (EJA) neste cenário, pois este grupo, muitas vezes sofre segregação e discriminação. Para Brasil (2006) as pessoas que buscam a educação de jovens e adultos possuem as mesmas características sociais, tendo baixo poder aquisitivo, consumindo o básico à sua sobrevivência como aluguel, água, luz, alimentação e remédios. O lazer acontece por meio de encontros de famílias e a televisão é o principal veículo de informação. Na maioria dos casos, os pais têm ou tiveram uma escolaridade inferior à sua.

Neste sentido, Brasil (2006) explica que a Educação de Jovens e Adultos tem buscado uma educação democrática e libertadora, comprometida com a realidade dos mais pobres. Porém, ainda há muito a ser construído neste cenário. Seu papel é formar jovens e adultos de forma libertadora e democrática, transformando-os em sujeitos críticos e em pleno exercício de sua cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de um estudo histórico e crítico das funções sociais da escola e educação na sociedade em que vivemos é possível perceber que apesar de ela ser um bem e direito de todos, e sua universalidade estar garantida em leis que regem o Brasil, ainda existe um grande caminho a ser trilhado para que ela seja um instrumento de extinção das desigualdades sociais. No cenário atual, existe uma luta para que tanto a igualdade e a diferença possam estar presentes na escola e na educação. A igualdade no que tange todos terem acesso e garantia de seus direitos como cidadãos e alunos. E a diferença, no que se refere ao respeito às especificidades de cada ser.

Neste sentido, a organização da escola e de seus espaços é fundamental para que a diversidade em sua amplitude possa ser comportada e respeitada. Assim, a organização escolar nada mais é do que aplicações do sentido de gerir as relações sócio-políticas e as práticas que ocorrem nesse meio. Para isto, existe um planejamento, onde se especifica os objetivos e se antecipa as decisões a serem tomadas para que estes sejam atingidos. Neste processo os professores são responsáveis pela formação dos sujeitos que ali estão, em que suas intenções ditarão que tipos de pessoas formarão: seres críticos, participativos, influenciadores do

meio em que vivem, ou, mão de obra qualificada, engessados e moldados de acordo com a vontade de uma minoria patriarcal.

As discriminações de gênero e raça, a inviabilização de acesso e permanência de deficientes e jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em idade apropriada, são atravessadores da liberdade da diversidade na escola. Então, é imprescindível refletir sobre esses fatores, compreendendo suas influências e buscando soluções diárias para essas problemáticas.

Partir da ideia de que cada sujeito que ali está é individual, tem suas características próprias, uma bagagem de conhecimentos anterior, está inserido em um determinado contexto social, econômico e cultural, apresentando habilidades e dificuldades específicas, é essencial para que haja uma real construção de conhecimentos e formação de um indivíduo capaz de exercer sua cidadania, de forma crítica, participativa e decisiva. A educação crítica é o caminho para a mudança. Para Freire (1996), somos seres inacabados e condicionados. Segundo ele, inacabados por que somos sempre passíveis de mudanças, não somos absolutos, estamos sempre em evolução e transformação, e condicionados ao meio em que vivemos, à genética, à cultura. Porém, estar condicionado não significa ser condicionado. Um ser crítico sabe que apesar das coisas alheias a si, pode ir além dos fatores que lhe condiciona, não apenas adaptando-se ao meio, mas inserindo-se.

Para se tornar o educador que Freire (1996) idealiza, faz-se necessário saber dialogar, escutar e respeitar os educandos, entendendo que cada ser é único, com suas especificidades, história e objetivos próprios. Por isso, para que se formem cidadãos críticos, precisamos formar professores críticos, que entendam que não basta passar informações aos alunos, mas que é preciso construir em conjunto os saberes, em uma ação colaborativa, aprendendo e ensinando mutuamente, quebrando paradigmas e interferindo no meio em que se vive. Não basta ter um conhecimento teórico, é preciso dar sentido a ele, usando-o na prática para melhorar o contexto existente e não apenas adaptar-se a ele. Além disso, a escola, seus espaços, tempos e organização, são cruciais neste processo de desconstrução de paradigmas e construção de novos conhecimentos que partam das necessidades dos sujeitos que nela se encontram.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar** / Luiz Fernandes Dourado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. 88 p. – (Curso técnico de formação para os funcionários da educação. Profucionário; 6)
- BRASIL. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunos e alunas da EJA**. Brasília -2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. 1996.
- CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Educação e Imagens na Sociedade do Espetáculo**: as pedagogias culturais em questão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 587-602, abr./jun. 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à Educação**: Direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/ 2002.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27 ed. São Paulo. SP: Paz e Terra, 1996
- GIROUX, Henry. Estudos Culturais nas Faculdades de Educação. In: SILVA, Tomaz T. **Alienígenas na Sala de Aula**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.
- LIBÂNIO. José Carlos. **Organização E Gestão da Escola**: Teoria e Prática. Ed. Alternativa. 2001.
- LIMA. Maria Batista. **Identidade Étnico/Racial No Brasil: Uma Reflexão Teórico- Metodológica**. Ano 2, Volume 3 – p. 33-46 – jan-jun de 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pós estruturalista / 6º Edição: Petrópolis – RJ: Editora Vozes,1997
- MACEDO, L. **Ensaio pedagógicos**: como construir uma escola para todos? Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.
- MAIA, Graziela Zambão Abdian. As publicações da ANPAE e a trajetória do conhecimento em administração da educação no Brasil. RBPAAE – v.24, n.1, p. 31-50, jan./abr. 2008.
- ORTIZ, Renato. **Estudos Culturais**. Tempo social- USP, junho de 2004.

REIS, J.J. **Aprender a raça**. Veja, São Paulo, edição especial: 25 anos: reflexões para o futuro, 1993.

ROPOLI, E.A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTOS, Tereza dos. **Raça, Currículo e Práxis Pedagógica**. /Tereza dos Santos; Maria Aparecida Aiza; Maria Lúcia Rodrigues Müller (org.). Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2009.

SANTOS, Tereza dos. **Discriminação, Preconceito e Exclusão Racial no Cotidiano Escolar**./Tereza dos Santos; Maria Aparecida Aiza; Maria Lúcia Rodrigues Müller (org.). Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **O papel do pedagogo como articulador do trabalho pedagógico na sociedade do capital**. Palestra UENP Cornélio Procópio, em 8 de março de 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Manual de dissertação e teses da UFSM: estrutura e apresentação**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015.